

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA – EB

LÍVIA LUIZA BOTELHO DE PAULA

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM
CADEIRA DE RODAS: O CASO DA BIBLIOTECA DO CENTRO CULTURAL
JUSTIÇA FEDERAL

Rio de Janeiro
2016

LÍVIA LUIZA BOTELHO DE PAULA

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM
CADEIRA DE RODAS: O CASO DA BIBLIOTECA DO CENTRO CULTURAL
JUSTIÇA FEDERAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro como
requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel
em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a Dra Cládice Nóbile Diniz

Rio de Janeiro
2016

P324

Paula, Livia Luiza Botelho de
Acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência em cadeira
de rodas: o caso da Biblioteca do Centro Cultural Justiça Federal / Livia Luiza Botelho
de Paula. -Rio de Janeiro, 2016
63 f.; 30 cm

Orientadora: Prof^a Dr.^a Cládice Nóbile Diniz

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Centro de
Ciências Humanas e Sociais, Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

1.Acessibilidade. 2. Acessibilidade arquitetônica. 3. Biblioteca pública. I. Diniz,
Cládice Nóbile. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Título

CDD 027.663

LÍVIA LUIZA BOTELHO DE PAULA

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
EM CADEIRA DE RODAS: O CASO DA BIBLIOTECA DO CENTRO CULTURAL
JUSTIÇA FEDERAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em: ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Cládice Nóbile Diniz

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Bruna Silva do Nascimento

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. M.e Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

A gratidão é o principal sentimento neste momento. Não foi nada fácil concluir mais essa importante etapa da minha vida, foi com muito esforço e muito auxílio que consegui chegar até aqui.

Agradeço a Deus e aos meus guias espirituais, pois sem a fé eu não conseguiria concluir nada em minha vida. Agradeço a minha mãe Alzira Botelho por todo apoio, amor incondicional, luta e exemplo.

Agradeço aos meus fieis e leais amigos que sempre tinham uma palavra de apoio e energias positivas, em especial aos meus amigos Gabriel Ventura, Ryan Macedo e Quezia Fortunato que não mediram esforços para me auxiliar em todo trabalho, me incentivando sempre.

Agradeço a minha equipe de trabalho do Centro Cultural Justiça Federal, as minhas chefes Alpina Rosa e Klara Freire que entenderam e me auxiliaram nesse momento, e a Kátia Leal por também me apoiar no que foi preciso.

Agradeço a minha querida orientadora Cládice Diniz e sua atenção e competência inigualáveis, ao professor Eduardo Alentejo por ter guiado meus passos até a minha orientadora.

Agradeço a todos os meus amigos que acompanharam minhas lutas e vitórias na Universidade, e que estiveram comigo desde o primeiro período até a conclusão do meu curso, em especial Rodrigo Barboza.

Neste momento, onde a emoção e o cansaço tomam conta, meu mais sincero “obrigada” a todos vocês.

RESUMO

Apresenta as dificuldades de acessibilidade arquitetônica enfrentadas por pessoas com deficiência em cadeira de rodas, ao acessarem uma biblioteca pública. Escolhe para estudo de caso a biblioteca do Centro Cultural Justiça Federal e suas salas de leitura. Aponta que a biblioteca está localizada em um prédio histórico no Centro do Rio de Janeiro, em um dos principais pontos turísticos da cidade e um dos locais mais movimentados do Centro do Rio, atraindo olhares de diversos usuários. Apresenta conceitos e contextos de acessibilidade e inclusão em bibliotecas públicas, definições de termos como barreiras e deficiências, a partir de pesquisa bibliográfica. Configura uma pesquisa documental e de campo. Verifica a situação da acessibilidade no caso estudado e utiliza um conjunto de indicadores baseados na Norma Brasileira 9050/2015 sobre Acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Indica as principais barreiras ao acesso a biblioteca às pessoas com deficiência em cadeira de rodas. Propõe adaptações e/ou reestruturações em alguns pontos do prédio.

Palavras-Chave: Acessibilidade. Acessibilidade arquitetônica. Biblioteca Pública. NBR 9050/2015.

ABSTRACT

This paper focuses on the difficulties behind architectural accessibility faced by people on wheelchairs while using public libraries. The case study was based on the library of the Federal Justice Cultural Center and its reading rooms. This library is placed in a historical building in downtown Rio de Janeiro, at one of the main tourist spot of the city and a very crowded place, getting the attention of a diverse audience. This paper presents concepts and contexts of "accessibility and inclusion" in public libraries and the definitions of terms such as "barriers and deficiencies, all based on bibliographic research. The chosen case study's situation has been analyzed through documentary and field research. For the accessibility evaluation, a set of indicators was used based on Brazilian Standard number 9050/2015, which concerns the Accessibility to buildings, furniture, spaces and urban equipment. The results of the study reveal the main barriers preventing people from accessing the library. Some adaptations and/or restructurings have been proposed for some spots of the building.

Keywords: Accessibility. Architectural accessibility. Public library. NBR 9050/2015.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CCJF	Centro Cultural Justiça Federal
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
MR	Módulo de Referência
NBR	Norma Brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
PCR	Pessoas em cadeiras de roda
PMR	Pessoa com mobilidade reduzida
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CONCEITOS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	11
3	CONCEITOS DE BARREIRA E DEFICIÊNCIA	15
4	ACESSIBILIDADE NA BIBLIOTECA	18
5	METODOLOGIA	20
5.1	A BIBLIOTECA DO CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL	21
5.2	COLETA DE DADOS E ANÁLISE NA PESQUISA DE CAMPO	23
6	RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO: ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA BIBLIOTECA CCJF	25
7	RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO: ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS NA BIBLIOTECA	50
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade é um tema em ascensão no Brasil, cada vez mais é discutida a importância do acesso e inclusão, e essas questões impulsionam os profissionais de biblioteconomia a se atualizarem e pensarem cada vez mais sobre o acesso aos centros de informações. A acessibilidade arquitetônica é um dos principais problemas de acesso a bibliotecas públicas, a maioria deles iniciam no entorno da biblioteca e permanecem até os mobiliários e equipamentos.

O objeto de pesquisa deste trabalho é a biblioteca do Centro Cultural Justiça Federal (biblioteca do CCJF), que é uma biblioteca pública temática que possui diversos problemas relacionados à acessibilidade arquitetônica. A biblioteca do CCJF é bem localizada¹, com excelente espaço e um rico acervo na área de Artes, muitas pessoas se interessam em conhecê-la. Entretanto, as pessoas com dificuldades de locomoção não conseguem ter acesso, isto porque existem barreiras arquitetônicas que inviabilizam, sobretudo, a livre circulação de pessoas em cadeira de rodas, tanto às salas de leitura quanto ao acervo da Biblioteca.

Essas dificuldades impostas por barreiras são notórias e incomodam porque restringem e dificultam o acesso às informações e ao espaço para um determinado público criando constrangimentos, não somente ao usuário, como também aos funcionários e demais presentes.

Sendo uma biblioteca pública, pressupõe-se que seja também democrática, logo, sem restrições a quaisquer usuários. A segunda lei de Ranganathan, para cada leitor seu livro, trata sobre essa situação:

[...] remete ao caráter universal das bibliotecas, aos diferentes tipos de bibliotecas e usuários e à sua organicidade. Primeiro, a lei trata do direito de todas as pessoas terem acesso aos livros. E mais, que cada usuário deve encontrar na biblioteca ao menos um livro que atenda a seu gosto pessoal ou necessidade de informação naquele momento. (RIZZI, 2016, p.16)

Os focos de muitas bibliotecas públicas não se atem mais apenas à áreas de processamento técnico e preservação do acervo, mas se preocupam majoritariamente com as questões da era digital e não atendem a acessibilidade e inclusão, deixando vulnerável a democratização do acesso. Essa situação pode ser revertida na Biblioteca do CCJF, pois sendo o dever da biblioteca pública garantir o

¹ Situa-se na Avenida Rio Branco, no. 241, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, junto à Praça Floriano, região mais conhecida por Cinelândia.

acesso à todos os usuários ao espaço e às informações, resta encontrar soluções para a questão das barreiras que impossibilitam o ingresso de pessoas com deficiências, especialmente pois existe o interesse dos funcionários da Biblioteca e dos usuários para que se modifique o ambiente, permitindo o seu alcance a todos. Há que se frisar que a acessibilidade é um tema que vem se destacando em universidades, espaços culturais, escolas, bibliotecas e outros espaços educacionais e informacionais.

É importante ressaltar, que a Biblioteca analisada é situada em um prédio tombado pelo patrimônio histórico, sendo sua construção de 1905, época em que não era pensada a acessibilidade. Há também, além das dificuldades em reestruturar ou adaptar estruturas de prédio tombado, a questão de verbas para obras.

A questão da acessibilidade arquitetônica no Brasil começou a ser pensada com mais ênfase a partir 1980, segundo Nicoletti (2010, p. 23), que explica ser em década na qual: “acontece o Ano Internacional das Pessoas Deficientes **[sic]** impulsionando o desenvolvimento de campanhas com o objetivo de alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas, exigindo a eliminação destas.

A discriminação às pessoas com deficiência existe e é um esforço diário gerar acessibilidade e inclusão. É importante observar que não são as pessoas com deficiências que devem se adaptar à sociedade e, sim, a sociedade é que deve incluir integrar e dar igualdade de direitos a essas pessoas, entendimento esse que Gentil Junior (2016, p.22) destaca ter surgido a menos de 40 anos:

No Brasil, na década de 1980, substituiu-se a concepção de integração das pessoas com deficiência à sociedade pela sua inclusão, isto é, mudando o foco da pessoa adaptar-se à sociedade para o de a sociedade adaptar-se para atender às necessidades de todas as pessoas.

Para contribuir no cenário da inclusão propôs-se esta pesquisa, em que se observou se os locais de acesso à Biblioteca, inclusive a entrada principal do prédio, estão de acordo com a Norma Brasileira (NBR) 9050/2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, com o objetivo central de apresentar algumas soluções para tornar o ambiente acessível e sensibilizar os gestores do CCJF a se posicionarem por essas mudanças físicas e terem elementos para auxiliar na sua implementação no caso de conseguirem verbas para tal.

2 CONCEITOS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Os conceitos de acessibilidade e inclusão são muitos, mas todos se complementam. É necessário elucidar sobre seus significados para realçar suas importâncias dentro da sociedade. A definição para palavra acessibilidade é, segundo o Artigo 3º, inciso I da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência e segundo a NBR 9050/2015 :

acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015²; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p.16)

No campo de práticas e políticas voltadas para pessoas com deficiência o termo acessibilidade, como aponta Fernandes e Orrico (2012, p. 99): “inicialmente configurou-se como específico às pessoas com deficiências físicas e dificuldades locomotoras em seus desafios de lidarem com as barreiras impostas pelo mundo físico”.

A palavra inclusão, segundo Ferreira (2010, p.1141) é “o ato ou efeito de incluir” ou na ênfase educacional, “é o ato, processo ou efeito de incluir indistintamente todas as pessoas no processo educativo ou social.” E, segundo Sassaki (2009, p. 10):

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

Diante do exposto, é possível perceber que a acessibilidade está no usuário poder alcançar e utilizar o espaço da biblioteca com segurança e por conta própria, para isso, é necessário eliminar barreiras que impeçam o acesso à Biblioteca CCJF e suas salas de leituras e conseqüentemente o acesso à informação e a inclusão

² Documento não paginado (página da Web).

está no fato de integrar todas as pessoas indistintamente, isso é, incluir pessoas com deficiências em todos os locais que elas queiram acessar.

A acessibilidade em bibliotecas tem relação direta com a autonomia dos usuários e a ausência de barreiras ou obstáculos no acesso à informação. Para que isto ocorra:

[...] é necessário que as bibliotecas e centros de informação se comprometam em desenvolver projetos para atender as pessoas com deficiência e necessidades especiais, buscando atender de forma satisfatória a demanda desses usuários. (ARAUJO, 2014, p. 7)

A acessibilidade e inclusão são garantidas por leis, decretos e normas, a primeira lei brasileira voltada para pessoas com deficiência foi a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que:

[...] dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.(BRASIL, 1989 ³)

Essa Lei foi regulamentada através do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência)” (BRASIL, 2015), manteve alguns pontos e alterou outros artigos, parágrafos, incisos e alíneas de outras leis de anos anteriores, tais como a Lei nº 10.098, de 16 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL, 2000) e a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 que “dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências” (BRASIL, 2000).

Essa última Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, que:

[...] regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. (BRASIL, 2004).

³ Documento não paginado (página da Web).

Além disso, a Lei nº 13.146/2015 criou mecanismos para aplicação do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que “promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.” (BRASIL, 2009), isso é, promulga os direitos assegurados pela Organização das Nações Unidas (ONU), este Decreto por sua vez vem do Decreto Legislativo nº 186, de 2008, que “aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.” (BRASIL, 2008). Além de todas as leis e decretos já citados, existe a NBR 9050 que “garante a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” (ABNT, 2015).

Existem lei e decreto que determinam normas de construção para edifícios públicos, assim como logradouros e sanitários públicos, para facilitar o acesso de pessoas com deficiência. Segundo Fernandes e Orrico (2012, p. 77):

[...] os primórdios do Decreto nº 5296 iniciaram-se em 8 de novembro de 2000 quando foi sancionada a Lei nº 10.048, [...] que no Art; 4º determina que logradouros e sanitários públicos, bem como edifícios de uso público terão normas de construção para efeito de licenciamento da respectiva edificações, baixadas por autoridade competente para facilitar o acesso e uso destes locais para pelas pessoas portadoras de deficiência.

Mesmo com leis, decretos e normas que garantem a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, o direito não é respeitado. Apesar da ONU afirmar o direito à liberdade de locomoção em todos os lugares, não é exatamente isso que é aplicado, conforme o alerta:

A existência da legislação, todavia, não implica em uma materialização do direito à igualdade, cidadania e acessibilidade. Em nosso meio, os problemas sociais e econômicos ainda significam que muitas pessoas ficarão “à margem” da sociedade, e não terão seus direitos garantidos. (WAGNER *et al.*, 2010, p.57)

Existem diversos tipos de acessibilidade, Sasaki (2005) elenca a acessibilidade em seis dimensões: Acessibilidade arquitetônica; Acessibilidade comunicacional; Acessibilidade metodológica; Acessibilidade instrumental; Acessibilidade programática; e Acessibilidade atitudinal.

O autor (2005, p.23) define esses tipos da seguinte forma:

Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos;

Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital);

Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc.), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.);

Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc.) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais etc.);

Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de um geral;

Acessibilidade atitudinal: através de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Isto remete a pensar que se existem seis dimensões para acessibilidade, existem diversas barreiras, não só arquitetônicas, que a sociedade mantém gerando dificuldades para que todos tenham livre acesso aos centros de informações.

3 CONCEITOS DE BARREIRA E DEFICIÊNCIA

A acessibilidade arquitetônica é prejudicada por diversos problemas, como desníveis no calçamento, sanitários inacessíveis, estantes com altura não recomendada pela norma, inexistência de entradas alternativas. Esses problemas que impedem o acesso a bibliotecas são conhecidos como barreiras, e o conceito de barreira segundo o Artigo 122 da Lei nº 13.136, de 6 de julho de 2014, que passou a vigorar com alterações no Artigo 2º, inciso II, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, é:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.(BRASIL, 2014⁴)

Entre as diversas barreiras que impedem o exercício do direito à acessibilidade, como por exemplo, a barreira de transportes, de comunicação e na informação e urbanísticas. As barreiras de transporte, urbanísticas e físicas são diretamente ligadas com a acessibilidade de uma biblioteca, desde a locomoção dos usuários, depois o entorno da biblioteca e depois em seus espaços internos. Sobre isso, destaca-se em Gentil Junior (2016, p.22):

Alguns exemplos de barreiras físicas (arquitetônicas) encontradas nas edificações são: escadas como único acesso a locais com grandes desníveis ou com dois ou mais pavimentos, inexistência de rampas de acesso, rampas com inclinação muito acima das recomendadas, portas e circulações estreitas que não permitem passagens e manobras; inexistência de banheiros acessíveis; balcões de atendimento com altura inadequados, muito altos para o acesso de pessoas com baixa estatura ou utilizando cadeira de rodas; e pavimentação inadequada (deslizante, irregular ou danificada) que causam trepidação e perigo para usuário de cadeira de rodas.

Outro exemplo de barreira física (arquitetônicas) são elevadores em mau funcionamento ou desligados, muitos locais não estruturam rampas de acesso para pessoas com deficiência, sendo a única opção de ingressar o elevador, que muitas vezes, não disponibilizam manutenção necessária para seu constante funcionamento.

Segundo Ferrés (2006, p. 21), “é importante constatar que é o ambiente que gera exclusão e de fato é o que gera deficiência”. Todo usuário pode encontrar

⁴ Documento não paginado (página da Web).

alguma barreira em seu trajeto, as barreiras tornam-se maiores ou menores, pessoas com deficiências tendem a enfrentar maiores obstáculos.

Existem diversos tipos de deficiência, segundo o Artigo 2º da Lei nº 13.1416 de 6 de julho de 2014:

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2016 ⁵)

A deficiência física é definida no Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 , além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, como:

[...] alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, “a”, c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

Sasaki (2003) não concorda com o termo deficiência física definido pelo decreto acima citado. Para o autor, o termo deficiência tem que vir como nome genérico, e referindo-se a todos os tipos:

[...] deficiências físicas (como nome genérico englobando todos os tipos de deficiência). TERMO CORRETO: deficiências (como nome genérico, sem especificar o tipo, mas referindo-se a todos os tipos). Alguns profissionais não-pertencentes ao campo da reabilitação acreditam que as deficiências físicas são divididas em motoras, visuais, auditivas e mentais. Para eles, deficientes físicos são todas as pessoas que têm deficiência de qualquer tipo (SASSAKI, 2003, p. 161).

Segundo Sasaki (2003), é de extrema importância a utilização da terminologia correta quando se trata de assuntos carregados de preconceitos, inclusive linguísticos. Termos e frases pejorativas ainda fazem parte da sociedade, por isso é necessário quebrar não só barreiras físicas, como a atitudinal.

Entre pessoas com deficiência, existem as que precisam de cadeiras de rodas para desempenhar suas funções, para essas pessoas as barreiras arquitetônicas são os obstáculos mais difíceis a serem enfrentados. A NBR 9050 (2015, p.8), determina

⁵ Documento não paginado (página da Web).

parâmetros antropométricos para pessoas em cadeiras de rodas, ou seja, define medidas de cadeiras de rodas, área de circulação e manobras, posicionamentos, como maneira de tornar mais fáceis as adaptações de acessibilidade e quebra de barreiras.

4 ACESSIBILIDADE NA BIBLIOTECA

A história da ideia da biblioteca pública é assim descrita:

[...] como recorda Jesse H. Shera, em *Introduction to library science*, a ideia da verdadeira biblioteca pública surgiu no começo do século XIX, com o movimento liderado por Horace Mann e Henry Barnard, em favor da educação para todos os segmentos da sociedade. (FONSECA, 2007, p.55, grifo do autor)

Essa ideia de biblioteca pública “ser para todos” é considerada recente, e com o passar do tempo a ideia ampliou-se, atualmente, “é conceituada como um espaço com igualdade de acesso para todos os usuários independentemente de sua condição social, física, sensorial, entre outras.” (SANTOS; DINIZ; SÁ, 2014) A partir deste prisma, foram criados produtos e serviços que a biblioteca pública tem o dever de oferecer a todos os usuários, sem distinção. O Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas aponta que:

[...] os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes **[sic]**, hospitalizadas ou reclusas (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES BIBLIOTECÁRIAS E INSTITUIÇÕES, 1994).

Nota-se o termo “deficiente” na citação pois ainda era terminologia utilizada na época no Manifesto, hoje adota-se como termo correto pessoas com deficiência.

As bibliotecas públicas temáticas, segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP⁶) são:

[...] bibliotecas públicas que se caracterizam como bibliotecas especializadas em uma determinada área/assunto. O ambiente configura-se de maneira a representar a área/assunto em foco, assim como as coleções que compõem o seu acervo, os serviços que oferecem e a programação cultural. Sendo uma biblioteca pública, diferenciam-se das bibliotecas especializadas por atender a todos os públicos.

A biblioteca pública tem o dever de acolher igual a todos e receber toda comunidade que queira ter acesso a informações pertinentes ao seu acervo e serviços. De acordo com Santo, Diniz e Sá (2014), os produtos e serviços da

⁶ Informação disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/tipos-de-bibliotecas/>>. Acesso em: 2 nov. 2016

biblioteca aumentaram, mas a estrutura física de muitos prédios públicos manteve-se pouco acessível, precisando assim adequar os produtos e serviços com a idéia de acessibilidade.

As diversas leis e decretos garantem a igualdade de direitos e promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência, além da acessibilidade em prédios públicos garantindo diminuir obstáculos e barreiras de acesso também em patrimônios históricos e artísticos nacionais, inclusive existe um Manual de Acessibilidade para prédios públicos disponível no site do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e um capítulo destinado somente para bibliotecas, arquivos etc. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a inclusão de pessoas com deficiência, além do Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que no Art.30 explicita sobre soluções de barreiras, dispondo que:

[...] as soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa no 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, de 25 de novembro de 2003 (BRASIL,2004⁷).

Além do Art. 5º da Constituição da República de 1988 que garante que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Isto posto, a biblioteca pública temática tem o dever de garantir o acesso a todos os cidadãos sem distinção.

⁷ Documento não paginado (página da Web).

5 METODOLOGIA

O presente estudo possui como tema a acessibilidade arquitetônica e as pessoas em cadeiras de rodas na Biblioteca CCJF. Quanto aos meios valeu-se da pesquisa de campo realizada na biblioteca com observações da realidade de acessibilidade. Foram coletados dados para explicitar o problema. Trata-se de um estudo de caso exploratório, com finalidade explicativa sobre a atual situação de acesso da Biblioteca CCJF. Para traçar e explicar a acessibilidade arquitetônica para ingresso das pessoas em cadeiras de rodas desenvolve-se um instrumento de avaliação com indicadores elaborados a partir da NBR 9050 e outras pesquisas que utilizaram esse conjunto de indicadores para avaliação de outras bibliotecas.

Sobre os objetivos das pesquisas de caráter exploração é possível afirmar que essas pesquisas:

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições (GIL, 2002, p. 41).

O estudo de caso, Segundo Yin (2005, p. 32) é uma investigação empírica que permite o estudo de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Quanto aos meios, a pesquisa bibliográfica valeu-se de teses referentes ao tema, livros sobre acessibilidade, inclusão, acessibilidade em bibliotecas públicas e acessibilidade arquitetônica em prédios históricos. A pesquisa documental incluiu norma, sendo uma das principais fontes documentais dessa pesquisa, decretos, leis e outros documentos públicos institucionais relacionados à acessibilidade.

Os principais materiais utilizados e selecionados foram livros, teses, trabalhos acadêmicos e artigos sobre acessibilidade e temas afins. Apesar do avanço de pesquisas sobre o tema acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência, pode-se perceber que há poucos estudos sobre acessibilidade arquitetônica em bibliotecas, e se tratando de bibliotecas em prédios históricos, há uma escassez maior ainda de fontes bibliográficas.

Por fim, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois de acordo com Oliveira (2005, p. 66), esse tipo de pesquisa é uma “tentativa de se explicar em profundidade o

significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento.”

5.1 A BIBLIOTECA DO CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL

A biblioteca do CCJF, sendo ela objeto da pesquisa, é uma biblioteca pública temática foca na área de artes, cultura e fotografia, localizada no segundo andar de um prédio histórico, localizado no Centro do Rio de Janeiro, que começou a ser construído em 1905 e teve sua inauguração em 1909. Segundo Centro Cultural Justiça Federal (2007, p.30), após abrigar o Supremo Tribunal Eleitoral, Supremo Tribunal Federal, Justiça Federal, em 1980 o prédio começou a apresentar áreas infiltradas e manifestações de cupins, em 1988 o prédio precisou ser desocupado após o tombamento do teto de suas salas. Em 2001, após uma obra de restauração que durou sete anos, o prédio foi aberto ao público como Centro Cultural. Somente em 24 de novembro de 2016 o interior do prédio foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan). Apesar da inauguração do prédio em 1909, tem-se a observação:

[...] a sala da biblioteca, com a formação atual, foi ampliada e adaptada para receber o acervo da Supremo apenas em 1933. As estantes são de ferro e a estrutura é vazada, lembrando o convés de um navio. [...] As pesquisas realizadas revelaram indícios que essa estrutura teria sido doação da Marinha Brasileira para o STF. (CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL, 2004, p.14)

A biblioteca foi reinaugurada em abril 2003 como biblioteca pública com foco na área artística, fotográfica e cultural, possuindo cerca de 12.000 itens. A mesma também promove eventos culturais como sarau e bate-papo, sendo a maioria deles realizados na sala de leitura em frente biblioteca, no 2º andar do prédio. A biblioteca do CCJF é responsável por duas salas de leitura, uma localizada no térreo, próxima a entrada principal e outra localizada no segundo andar, em frete a biblioteca. Em média, 800 pessoas frequentam mensalmente a biblioteca, as salas de leitura e os eventos realizados pela biblioteca.

Os principais produtos e serviços da Biblioteca são empréstimos entre bibliotecas, acesso ao catálogo *on line*, acesso à Internet, serviço de referência, treinamento para usuários que desejam acessar o catálogo, pesquisa de obras,

levantamento bibliográfico, consulta local de obras e periódicos e processamento técnico.

O funcionamento da biblioteca e da sala de leitura do segundo andar é de terça à sexta-feira, de 12h às 19h, a sala de leitura do térreo funciona de terça à domingo, de 12h às 19h. A biblioteca tem uma equipe composta por duas bibliotecárias, sendo uma delas a bibliotecária chefe, três estagiários cursando nível superior em Biblioteconomia e dois estagiários nível médio.

Fotografia 1 – Biblioteca do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 2 - Sala de Leitura 2º andar



Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 3 - Sala de Leitura do Térreo



Fonte: Agenda Bafafá, 2016.

5.2 COLETA DE DADOS E ANÁLISE NA PESQUISA DE CAMPO

A coleta de dados é o ponto da pesquisa de integração da realidade da biblioteca e a teoria da bibliografia e documentação. Gentil Junior (2016, p. 59) aponta que “essa etapa da pesquisa é o momento em que o pesquisador e a realidade em que está inserido o problema da pesquisa interagem, é o confronto da teoria com a realidade.”

Para coleta de dados na Biblioteca CCJF foi utilizado um Instrumento de Indicadores para analisar a realidade da acessibilidade física e arquitetônica da biblioteca. A ideia da aplicação do Instrumento surgiu a partir de dois trabalhos de pesquisa acadêmicos: a dissertação de Gentil Junior (2016) e o trabalho de conclusão curso de Nicoletti (2010), ambos os autores produziram indicadores com base na NBR 9050 (ABNT). É válido ressaltar que houve modificação na NBR 9050 em 2015, e o trabalho da Nicoletti foi realizado em 2010.

Uma das alterações da NBR 9050 em 2015 foi a do conceito de rota acessível para edificações e equipamentos urbanos existentes, que passou a ser conforme está descrito abaixo:

[...] todas as entradas devem ser acessíveis e, caso não seja possível, desde que comprovado tecnicamente, deve ser adaptado o maior número de acessos. Nestes casos a distância entre cada entrada acessível e as demais não pode ser superior a 50 m. A entrada predial principal, ou a entrada de acesso do maior número de pessoas, tem a obrigatoriedade de atender a todas as condições de acessibilidade. O acesso por entradas secundárias somente é aceito se esgotadas todas as possibilidades de adequação da entrada principal e se justificado tecnicamente. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, p. 54, 2015)

Segundo Figueiredo (2015), na norma anterior exigia apenas um acesso como condição mínima.

A utilização do Instrumento teve como base a NBR 9050/2015 e a acessibilidade em prédios públicos e biblioteca, desde o entorno do prédio até o acesso a biblioteca e tem por finalidade reconhecer barreiras que impedem o usuário em cadeiras de rodas, de ter acesso ao acervo e às instalações da biblioteca.

Os quadros de Instrumentos de Indicadores relacionados à Acessibilidade Arquitetônica foram divididos em: 1 – Entorno da Biblioteca; 2 – Entrada da Biblioteca; 3 – Elevadores da Biblioteca; 4 - Espaços internos da Biblioteca; 5 – Pisos da Biblioteca; 6 – Corredores da Biblioteca e 7 – Sanitários da Biblioteca e 8 – Bebedouro de bica da Biblioteca. E o da Acessibilidade do Mobiliário e Equipamentos em: 9 – Balcão de Atendimento da Biblioteca; 10 - Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca e 11 – Estantes da Biblioteca.

Cada percurso de acesso à biblioteca do CCJF foi analisado, avaliado e sinalizado qualitativamente no conjunto de indicadores elaborado. Conforme citado anteriormente, a avaliação foi dividida em dois quadros: Acessibilidade Arquitetônica e Acessibilidade do Mobiliário e Equipamentos.

Cada dado avaliado será respondido por uma letra, sendo “**S** para item de avaliação atendido, **N** para item de avaliação não atendido; **P** para item de avaliação parcialmente atendido e **N/A** para item de avaliação não se aplica.” (NICOLETTI, 2010, p.48)

6 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO: ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA BIBLIOTECA DO CCJF

A biblioteca do CCJF, como já dito anteriormente, é situada em um prédio histórico no Centro do Rio de Janeiro, na época de sua construção a acessibilidade arquitetônica não era pensada nem em prédios, nem no meio urbano. Com o crescimento informacional sobre acessibilidade, alguns pontos foram modificados, o que não significa que as barreiras tornaram-se inexistentes.

Nesta seção, todos os espaços de acesso pertinentes a biblioteca serão analisados. No Quadro 1 – Entorno da biblioteca, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores, em relação à acessibilidade proporcionada ao entorno da biblioteca, abordando dos transportes públicos até a rota de acesso à biblioteca.

Quadro 1 - Análise do entorno da biblioteca do CCJF

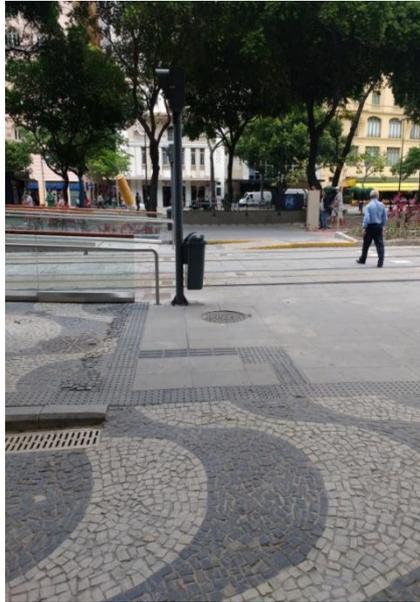
Entorno da Biblioteca	
O transporte público no entorno da biblioteca é acessível?	P
O percurso entre "o ponto" de embarque/desembarque do transporte coletivo até a entrada da biblioteca é livre de obstáculos?	P
Próximo à entrada principal da biblioteca há faixa de pedestre com sinalização visual e sonora para pedestre?	N
As calçadas no entorno da biblioteca ou do prédio no qual está localizada apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados?	N
A calçada que dá acesso à biblioteca apresenta-se em bom estado de conservação, sem buracos ou pedras soltas do pavimento?	P
Se existe uma rota acessível de acesso à biblioteca, mas esta não está localizada junto à entrada principal, esta rota não excede 6 (seis) vezes a trajetória principal?	S

Fonte: A Autora, 2016 (com base em GENTIL JUNIOR, 2016, p. 68).

Os transportes públicos no entorno da biblioteca são parcialmente acessíveis, porque os dois meios de transportes mais próximos à biblioteca são o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ou o metrô que tem uma saída ao lado do CCJF, a saída do VLT

mais próxima ao CCJF possui rampas que amenizam as barreiras até a entrada do prédio, mas a saída do metrô mais próxima não possui elevador, somente escada ou escada rolante.

Fotografia 4 - Saída do VLT com acesso mais próximo ao prédio do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 5 - Saída do VLT com acesso mais próximo ao prédio do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

O percurso da saída do VLT até a entrada de acesso a pessoas em cadeira de rodas não é livre de obstáculos, pois o calçamento é irregular, o asfalto não é liso e há pedras soltas. O percurso da saída do metrô com acessibilidade até a entrada acessível do prédio também possui obstáculos em relação aos desníveis e alguns buracos na calçada (fotografia 7), assim como o acesso por transporte rodoviário.

Fotografia 6 - Saída do Metrô com acesso mais próximo ao prédio do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 7 - Saída do Metrô com acesso mais próximo ao prédio do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

A saída com acessibilidade metrô mais próxima tem o percurso até a biblioteca cheio de obstáculos, inclusive de sinalização e calçamento. Com as significativas obras no centro, os usuários que optem pelo transporte rodoviário terão que percorrer uma distância de aproximadamente 500 m com diversas barreiras.

A entrada principal do prédio possui escadas como barreiras e conforme a atualização da NBR 9050/15, todas as entradas devem ser acessíveis. A entrada acessível fica ao lado da entrada principal, conforme figura 8.

No Quadro 2 – Entrada da biblioteca é apresentado os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores, em relação à acessibilidade proporcionada na entrada da Biblioteca.

Quadro 2 – Análise da entrada do prédio do CCJF

Entrada da biblioteca	
Se a entrada da biblioteca possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais, bem como com dificuldades de locomoção?	S
Se a entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade?	N/A
A circulação da entrada da biblioteca é contínua, sem obstáculos à circulação dos usuários com mobilidade reduzida?	N
A porta de entrada principal, bem como as internas, apresenta condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m? (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80 m)?	N
As portas têm condições de serem abertas com um único movimento? (Recomenda-se que o mecanismo de acionamento das portas exija força humana direta igual ou inferior a 36 Newton – N9).	P
As maçanetas das portas são do tipo alavanca?	S
As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?	N

Fonte: A Autora, 2016 (com base em GENTIL JUNIOR, 2016, p. 74).

Como a biblioteca fica no segundo andar do prédio CCJF, é necessário avaliar a entrada principal e alternativa do mesmo. A entrada principal do prédio possui três portas, conforme fotografia 7, todas com degraus, sendo indispensável PCR utilizarem a entrada alternativa que fica ao lado, mas os portões desta entrada estão sempre fechados.

Fotografia 8 - Entrada Principal do prédio do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 9 - Entrada principal e entrada acessível



Fonte: A Autora, 2016.

A entrada acessível possui uma rampa, mas para realizar a manobra de acesso à rampa existe obstáculo, conforme fotografia 11, o espaço para manobra é

irregular. Existem duas portas para acessar o térreo do prédio principal, ambas possuem duas folhas, e a passagem só é possível com a abertura total da portal, pois cada folha possui 0,67 m. No corredor entre as duas portas (fotografia 13), ficam duas salas de depósito à direita. As duas portas tem maçanetas do tipo alavanca, que tem 1,17 m de altura em relação ao piso. A segunda porta tem uma mola área, que inviabiliza a abertura total da porta e não possui sistema de trava.

Fotografia 10 - Entrada alternativa com rampa de acesso ao prédio do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 11 - Entrada alternativa com rampa de acesso ao prédio do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 12 - Rampa de acesso ao prédio do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 13 - Rampa de acesso ao prédio do CCJF



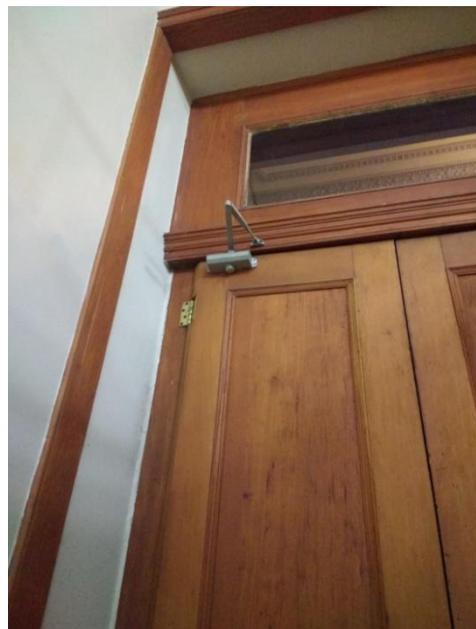
Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 14 - Portas da entrada alternativa de acesso ao prédio do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

**Fotografia 15 - Segunda porta da entrada alternativa de acesso ao prédio do
CCJF**



Fonte: A Autora, 2016.

A sala de leitura do térreo apresenta três grandes barreiras que impossibilitam seu acesso. A primeira barreira é a escada da entrada principal, que é a entrada mais próxima a sala de leitura do térreo, e ao entrar pela entrada alternativa do prédio, o corredor é de acesso aos elevadores, e para acessar a sala de leitura é necessário descer um lance de escada, conforme fotografia 15, não há elevador ou rampa que possibilite a descida para a sala de leitura, concretizando a segunda barreira e por fim, a terceira barreira são os degraus da escada da própria sala de leitura (fotografia 16), que apesar de ter duas portas para acesso, as duas possuem escadas.

Fotografia 16 - Térreo através da entrada principal do prédio do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

Para acessar a biblioteca e a sala de leitura do segundo andar é necessário utilizar os elevadores, que nem sempre estão funcionando. O percurso dos elevadores até a sala de leitura do segundo e a biblioteca é livre de obstáculos. Todas as portas para acesso têm duas folhas, mas estão sempre abertas.

Fotografia 17 - Sala de Leitura do Térreo do prédio do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 18 - Corredor de acesso entre elevadores e a Sala de Leitura do segundo andar e a biblioteca do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 19 - Porta de acesso a biblioteca do CCJF



Fonte: autoria própria

No Quadro 3 – Elevadores da biblioteca são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores, em relação à acessibilidade proporcionada nos elevadores da biblioteca.

Quadro 3 - Análise dos elevadores da biblioteca do CCJF

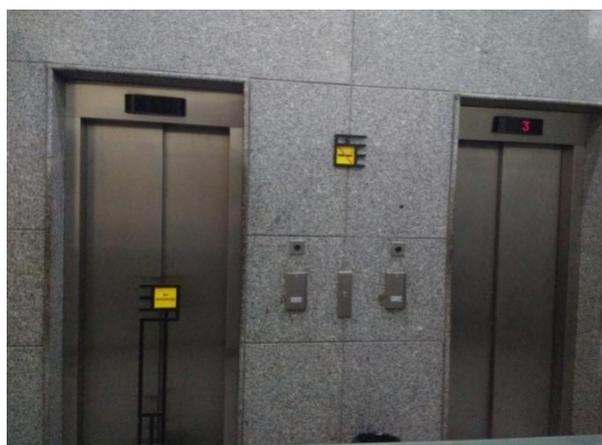
Elevadores da Biblioteca	
O acesso livre com as portas totalmente abertas atende, no mínimo, 1,10 m x 1,30 m?	N
A largura mínima livre da porta do elevador é 0,80 m?	N
O acesso é seguro e livre de obstáculos nos pisos de pavimento, nas áreas em frente à porta do elevador?	S
Para permitir aos usuários entrar no elevador e dele sair sem empecilhos, o tempo de porta aberta é inicialmente ajustado para 5 s?	N
A distância horizontal entre a soleira do elevador e a soleira do pavimento excede 0,03 m quando o elevador estiver parado com as portas abertas em qualquer pavimento?	S

Fonte: A Autora, 2016.

O prédio do CCJF possui dois elevadores que atendem as demandas do térreo e de mais três andares. Dificilmente os dois elevadores estão em funcionamento concomitantemente (fotografia 19), e muitas vezes os dois elevadores não estão funcionando. A manutenção não é feita como medida preventiva, logo, só quando os elevadores apresentam problemas à equipe técnica é solicitada. As portas não têm a largura mínima ideal para que PCR possam entrar sem dificuldades, pois medem 0,77 m e é necessário auxílio dos seguranças. É necessário entrar com a cadeira de rodas de costas para o elevador para facilitar a saída. Além disso, muitas vezes há um desnível considerável entre o piso do elevador e o piso do pavimento, como apresenta a fotografia 20.

A parte interna do elevador tem 1,20 m de largura e 0,94 m de profundidade, isso é o elevador é muito estreito para uma PCR e um acompanhante, por exemplo.

Fotografia 20 – Elevadores do prédio do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 21 – Elevador do CCJF com desnível

Fonte: A Autora, 2016.

No Quadro 4 – Espaços internos da biblioteca são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores, em relação à acessibilidade proporcionada nos espaços internos da biblioteca.

Quadro 4 – Análise dos espaços internos da biblioteca do CCJF

Espaços internos da Biblioteca	
Por toda biblioteca há uma rota acessível interligando o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal?	N
A organização interna dos espaços (layout) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido, como espelhos, portas de vidro e portas vai-vem, por exemplo?	N
Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estes estão sinalizadas antecipadamente, para evitar acidentes e trajetos desnecessários?	N
A área livre para circulação de uma pessoa possui largura mínima de 1,20m?	P
A área livre para circulação de duas pessoas possui largura mínima de 1,80m?	N
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 90° possui o mínimo de 1,20m x 1,20m?	P
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 180° possui o mínimo de 1,50m x 1,20m?	N
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 360° possui o mínimo de diâmetro de 1,50m?	N
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 90° possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00 (profundidade de saída)?	P
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade)?	N
O layout das salas de leitura e de estantes de livros considera a utilização de usuários em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida, baixa estatura, obesas, etc.?	P
As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas, etc.)?	N
A altura de armários em geral, inclusive armários guarda volumes, está entre 0,40m a 1,20m?	N/A

Fonte: A Autora, 2016 (com base em GENTIL JUNIOR, 2016, p. 75).

Os corredores do primeiro andar da biblioteca são espaçosos, mas existe um obstáculo, pois a mesa no centro da biblioteca dificulta a manobra próxima à escada,

principalmente se algum usuário estiver utilizando a mesa para estudo. Além disto, a largura mínima do corredor nesse caso é de 0,58 m.

Devido à localização da mesa principal de estudos da biblioteca e dos recuos, a área livre para manobra com qualquer deslocamento fica comprometida. PCR só podem realizar as manobras nas áreas livres próximas a entrada biblioteca.

Fotografia 22 – biblioteca do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

A organização interna dos espaços (“layout”) não é claramente perceptível, pois a continuação das estantes direciona o usuário a um espaço de utilização interno da biblioteca, mas não há sinalizações indicando.

As zonas não acessíveis são as do segundo andar da biblioteca, que possui corredores estreitos, porém existe a escada como obstáculo, impedindo o acesso ao segundo andar, essa escada fica próxima ao espaço de utilização interno da biblioteca e não sinalização também.

Fotografia 23 - Escada de acesso ao acervo de periódico e catálogos folhetos da biblioteca do CCJF



Fonte: A autora, 2016.

Fotografia 24 - Escada de acesso ao segundo andar da Biblioteca CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

As estantes da biblioteca são divididas em dois andares (figura 21), sendo o acesso do segundo andar somente através de escadas e com corredores do segundo andar estreitos, sendo impossível a movimentação em cadeira de rodas mesmo com uma opção acessível para acessar o segundo andar.

Fotografia 25 - Segundo andar da biblioteca do CCJF

Fonte: A Autoria, 2016

No Quadro 5 – Pisos da biblioteca são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores, em relação à acessibilidade proporcionada nos pisos da Biblioteca.

Quadro 5 – Análise dos pisos da biblioteca do CCJF

Pisos da biblioteca	
Os pisos no interior da biblioteca apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações que desencorajem o avanço normal no trajeto, considerando dispositivos com rodas?	S
O piso da biblioteca é antiderrapante sob qualquer condição, que não provoquem riscos tanto em seco como em molhado? (Recomenda-se que para tal constatação se realize provas no local, simulando as situações mais favoráveis ao deslizamento, como o acúmulo de pó ou limpeza com água ou cera).	N
A inclinação transversal do piso no interior da biblioteca é de, no máximo, 2% e a inclinação longitudinal de, no máximo, de 5%? (Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.4 da NBR 9050/2015)	N/A
A biblioteca apresenta uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50 m, para piso com até 3% de inclinação?	N/A
Os capachos utilizados da biblioteca estão embutidos no piso e nivelados de maneira que eventual desnível não exceda 5 mm? (Recomenda-se que tapetes sejam evitados em rotas acessíveis)	N/A

Fonte: A Autora, 2016 (com base em GENTIL JUNIOR, 2016, p. 80).

O piso da biblioteca, assim como de todo centro cultural, é de madeira e são nivelados, não tem trepidações, são regulares e firmes, facilitando o deslocamento de pessoas com deficiência, porém não possui piso antiderrapante e são escorregadios, principalmente quando são limpos com cera.

A rota e a biblioteca não têm tapetes, capachos ou forrações como recomendados em rotas acessíveis.

Fotografia 26 - Piso da biblioteca do CCJF



Fonte: A autora, 2016.

No Quadro 6 – Corredores da biblioteca são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores, em relação à acessibilidade proporcionada nos corredores da Biblioteca.

Quadro 6 – Análise dos corredores da biblioteca do CCJF

Corredores da biblioteca	
Os corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m apresentam largura mínima de 0,90m?	N/A
Os corredores de uso comum com extensão de até 10,0m apresentam largura mínima de 1,20m?	P
Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,0m apresentam largura mínima de 1,50m?	N/A

Fonte: A Autora, 2016(com base em GENTIL JUNIOR, 2016, p. 81).

Como existe uma mesa central na Biblioteca entre as estantes (fotografia 21), o espaço do corredor próximo à escada é menor, o que torna um obstáculo para acessar as outras estantes. A mesa principal de estudos dos usuários é localizada no centro da biblioteca, diminuindo consideravelmente a distância entre as estantes de frente, por isso, não atinge a distância mínima adequada de 1,80 m, além disto, a distância entre a mesa principal e a escada pode vir a ser um obstáculo para acessar as outras estantes se algum usuário estiver alocado à mesa, pois o espaço para passagem passa a ser de 0,58 m.

Fotografia 27 - Corredor entre as estantes e a mesa de estudo da biblioteca do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

No Quadro 7 – Sanitários da biblioteca são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores, em relação à acessibilidade proporcionada nos sanitários da Biblioteca.

Quadro 7 – Análise dos sanitários da biblioteca do CCJF

Sanitários da Biblioteca	
O sanitário acessível de uso preferencial está localizado dentro de uma rota acessível?	S
A distância máxima a ser percorrida de qualquer ponto da edificação até o sanitário ou banheiro acessível é de até 50 m	S
O sanitário de uso preferencial por pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade?	P
Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis possuem entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto	N

Fonte: A Autora, 2016 (com base em GENTIL JUNIOR, 2016, p. 83 com modificações da autora).

Os sanitários da biblioteca estão localizados dentro de uma rota sem obstáculos, os corredores até os sanitários são largos, facilitando manobras e movimentação em cadeira de rodas. Existem duas portas para acessar os sanitários, a primeira de madeira com duas folhas, com largura de 1,16 m, que estão sempre abertas, a segunda é a porta com mola aérea sem trava, com largura de 0,88m.

Fotografia 28 - Entrada dos sanitários que atendem a biblioteca do CCJF

Fonte: A Autora, 2016.

Na rota, não existem sinalizações indicando a direção do banheiro, a única sinalização internacional de acessibilidade está na porta do banheiro (fotografia 28). Existem dois sanitários, feminino e masculino, e a entrada de uma pessoa do sexo oposto no sanitário é proibida.

Fotografia 29 - Sinalização dos sanitários que atendem a biblioteca do CCJF

Fonte: A Autora, 2016.

As portas de acesso ao vaso sanitário possuem 0,85 m, e podem ser facilmente abertas se empurradas, os vasos sanitários possuem barras de apoio, que auxiliam na acessibilidade. A altura do lavatório é de 0,91 m, não recomendada para a aproximação confortável do usuário, possui barra de apoio e a torneira possui acionamento automático para auxiliar a acessibilidade.

Fotografia 30 - Sanitário que atende a biblioteca do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 31 - Lavatório do sanitário que atende a biblioteca do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

No Quadro 8 – Bebedouro de bica da biblioteca é apresentado os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores, em relação à acessibilidade proporcionada no bebedouro da Biblioteca.

Quadro 8 - Análise do bebedouro de bica da biblioteca do CCJF

Bebedouro de bica da biblioteca	
A bica é do tipo de jato inclinado, e está localizada no lado frontal do bebedouro, permitindo a utilização por meio de copos e é de fácil higienização?	P
O bebedouro está instalado com no mínimo duas alturas diferentes de bica, sendo uma de 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado?	N
O bebedouro de altura de bica de 0,90 m tem altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso acabado, e é garantido um M.R. para a aproximação frontal?	N/A

Fonte: A Autora, 2016.

A bica do bebedouro é do tipo jato inclinado, porém a bica de utilização por meio de copos não está localizada na parte frontal do bebedouro. Existe somente um bebedouro suspenso que atende a biblioteca e sua altura é 1,20m em relação ao piso acabado, não existe o bebedouro de 0,90 m.

Fotografia 32 - Bebedouro da Biblioteca



Fonte: A Autora, 2016.

7 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO: ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS NA BIBLIOTECA

Os mobiliários e equipamento da biblioteca serão avaliados nesta seção de acordo com os Indicadores de avaliação. Mobiliário e equipamentos consistem no balcão de atendimento, mesas de estudos, computadores, estantes da biblioteca e serão analisados de acordo com a NBR 9050/15 e as condições de acessibilidade.

No Quadro 9 – Balcão de atendimento da biblioteca é apresentado os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores, em relação à acessibilidade proporcionada no balcão de atendimento da Biblioteca.

Quadro 9 – Análise do balcão de atendimento da biblioteca do CCJF

Balcão de atendimento da Biblioteca	
O balcão de atendimento aos usuários está localizado em rota acessível?	S
No balcão de atendimento aos usuários, em algum trecho de sua longitude, por aproximadamente 0,90m, apresenta altura de no máximo 0,90m do piso, permitindo o contato visual entre o usuário (pessoas em cadeiras de rodas, pessoas de baixa estatura e crianças) e o bibliotecário/auxiliar?	P
O balcão de atendimento aos usuários é acessível a pessoas em cadeiras de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão? (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas).	P

Fonte: A Autora, 2016(com base em GENTIL JUNIOR, 2016, p. 86).

Os balcões da sala de leitura de leitura do segundo andar e da biblioteca estão localizados em rota acessível, ambos possuem estagiários para auxiliar no serviço de referência aos usuários. É válido ressaltar que, a sala de leitura do térreo é inacessível, conforme abordado nas primeiras seções, logo, esse tópico não analisará os seus pontos.

O balcão de atendimento aos usuários da sala de leitura do segundo andar não permite o contato visual com PCR porque sua altura é de 1,06 m em relação ao

piso, já o balcão de atendimento da biblioteca tem 0,73 m de altura, garantindo o contato visual.

Fotografia 33 - Mesa de atendimento ao usuário da biblioteca do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

O balcão de atendimento da sala de leitura não é acessível, como dito anteriormente, a altura é maior do que a considerada pela norma, já o da biblioteca apresenta um módulo de referência posicionado para aproximação frontal ao balcão, visto que possui altura livre inferior à norma, e mais do que 0,30 m livre para a aproximação frontal dos pés e joelhos (fotografia 32).

Fotografia 34 - Balcão de atendimento Sala de Leitura segundo andar

Fonte: A Autora, 2016.

No Quadro 10 – Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da biblioteca são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores, em relação à acessibilidade proporcionada nas mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca.

Quadro 10 – Análise das mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da biblioteca do CCJF

Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca	
No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas?	P
As mesas de leitura e estudo permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m?	P
Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, leitura ou trabalho são acessíveis? (Recomenda-se que, no mínimo, um do total das mesas, deve ser acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade).	S
As cadeiras para uso nas mesas de estudo e leitura são flexíveis ao deslocamento? (Recomenda-se que as cadeiras não sejam fixadas no chão, mas reguláveis para se adaptar às características físicas dos usuários, permitindo uma postura ereta e cômoda).	S
Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet são acessíveis à pessoa em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida? (Recomenda-se que, no mínimo, um seja acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade).	S
Os computadores destinados aos usuários estão acessíveis, ou seja, os elementos que garantem a sua acessibilidade integral como a sala, o mobiliário, as partes integrantes do computador e seus periféricos, atendem a requisitos de acessibilidade?	P

Fonte: A Autora, 2016 (com base em GENTIL JUNIOR, 2016, p. 89).

Na sala de leitura do segundo andar, a faixa livre de circulação é de no mínimo 0,90 m em toda a sala e as áreas são livres para manobra, já na biblioteca, no entorno das mesas, nem sempre é garantida essa faixa livre, as medidas do espaço são irregulares e dependendo do local, não há espaço para manobras.

Nem todas as mesas de leitura e estudo permitem a aproximação frontal, as mesas redondas da sala de leitura possuem altura livre de 0,73 m, mas os pés de apoio da mesa se tornam obstáculos, pois a aproximação frontal completa só é

possível com a cadeira de rodas encaixada entre um dos pés da mesa. Pelo menos 5% das mesas de estudo, leitura e trabalho são acessíveis, porém nenhuma é adaptável para acessibilidade. Todas as cadeiras são flexíveis ao deslocamento, nenhuma é fixada ao piso.

Fotografia 35 – Mesas de estudos da sala de leitura segundo andar



Fonte: A Autora, 2016.

A mesa de estudos principal da biblioteca tem 0,63 m de altura livre, por ser uma mesa antiga, na época de sua construção não era pensado em acessibilidade, é válido ressaltar que a mesa foi construída dentro da biblioteca CCJF e não é possível seu deslocamento para fora da biblioteca devido ao seu tamanho. As outras mesas de estudo da biblioteca (fotografia 36), tem 0,59 m de altura livre, sendo inferior ao tamanho ideal.

Fotografia 36 - Mesa principal de estudos da biblioteca do CCJF

Fonte: A Autora, 2016.

Fotografia 37 - Mesa de estudos da biblioteca do CCJF

Fonte: A Autora, 2016.

Das três mesas de computadores da sala de leitura do segundo andar, apenas uma garante a acessibilidade integral com aproximação frontal completa (fotografia 37), duas delas possuem 0,63 m de altura livre e a única acessível tem 0,93 m de altura livre e 0,74 m de largura.

Fotografia 38 - Mesas com computadores na sala de leitura 2º andar



Fonte: A Autora, 2016.

No Quadro 11 – Estantes da biblioteca são apresentados os resultados obtidos com a aplicação da Lista de Indicadores, em relação à acessibilidade proporcionada nas estantes da Biblioteca.

QUADRO 11 – ANÁLISE DAS ESTANTES DA BIBLIOTECA

Estantes da Biblioteca	
As estantes de livros possuem, entre elas, distância mínima de 0,90m de largura? (Recomenda-se que a distância adequada seja de 1,80m, permitindo a mobilidade de até duas pessoas em cadeiras de rodas).	S
Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas?(Recomenda-se que o espaço atenda a uma área livre para manobra com deslocamento de 180°).	N/A
A disposição dos livros nas estantes atende ao alcance manual confortável de, no máximo, 1,20 m de altura do piso?	N

Fonte: A Autora, 2016 (com base em GENTIL JUNIOR, 2016, p. 91).

As estantes de livros possuem distância mínima de 0,90 m entre elas, não tem estante em frente próxima no primeiro andar, (fotografia 21), majoritariamente ficam próximas a parede da Biblioteca. Como apresentado anteriormente, a mesa principal de estudos dos usuários é localizada no centro da biblioteca, diminuindo consideravelmente a distância entre as estantes de frete, por isso, não atinge a distância mínima adequada de 1,80 m, além disto, a distância entre a mesa principal e a escada pode vir a ser um obstáculo para acessar as outras estantes se algum usuário estiver alocado a mesa. A disposição dos livros nas estantes é de 2,09 m de altura de piso, não atendendo ao alcance manual confortável.

Fotografia 39 – Estantes da biblioteca do CCJF



Fonte: A Autora, 2016.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo da pesquisa foi avaliar a biblioteca do CCJF e sua acessibilidade arquitetônica, para melhor atender aos usuários com deficiência em cadeira de rodas, tendo em vista a arquitetura de um prédio histórico tombado. Para isto, o principal parâmetro de avaliação foi a NBR 9050/15, a partir da qual baseou um instrumento de avaliação das áreas internas e externas de acessibilidade arquitetônica da biblioteca do CCJF. Esse instrumento avaliou desde o entorno da biblioteca até seus mobiliários e equipamentos. A partir dos resultados obtidos é possível concluir que há uma grande dificuldade de acesso dos usuários devidos às inúmeras barreiras existentes em todo trajeto até as salas de leitura e a biblioteca.

No caso, observou-se que os obstáculos enfrentados por pessoas com deficiência em cadeira de rodas iniciam na parte externa, no entorno do prédio, com os transportes, calçadas desniveladas e buracos, e permanecem da entrada da Biblioteca, com uma rota classificada como acessível, que também possui obstáculos, até os mobiliários e equipamentos.

Concluiu-se que não é possível a uma pessoa com deficiência em cadeira de rodas acessar o prédio pela entrada principal, pois as três portas da entrada tem como obstáculos as escadas, tendo o seu acesso de ser feito pela entrada alternativa, porém seus portões estão sempre fechados. Para que possa acessar o prédio pela entrada principal, é fundamental a construção de uma rampa em uma das três escadas de acesso. Além disso, a adaptação de uma rampa ou elevador é imprescindível para acessar a sala de leitura do térreo, assim como no salão do térreo que dá acesso aos elevadores.

Os obstáculos permanecem nas salas de leitura e na biblioteca, onde o usuário com deficiência em cadeira de rodas tem pouca autonomia no deslocamento para acesso das salas e da biblioteca, principalmente no acesso as estantes, não são possíveis acessar todos os livros sem ajuda de um funcionário, isso porque a altura das estantes não permite livre acesso.

Para que a biblioteca e as salas de leitura sejam acessíveis a todos é necessária à remoção de barreiras, como é um prédio público, licitações e verbas financeiras são as principais soluções e os principais empecilhos, além disso, por ser um prédio histórico a dificuldade em conseguir a retirada de obstáculos é maior.

No ano de criação do prédio o tema acessibilidade e inclusão ainda não eram pensados. Hoje, mesmo com todas as leis, normas e direitos adquiridos de acesso igualitário, o prédio continua apenas parcialmente acessível aos usuários, confirmando a proposição destacada na literatura, de Ferrés (2006), de que é o ambiente que gera a exclusão e a deficiência. Muitos obstáculos poderiam ser sanados por medidas alternativas, como criações de rampas, manutenção preventiva de elevadores, adequações de acessórios para melhor atender a todos os usuários, mas mesmo as medidas mais simples de resoluções não são aplicadas. Assim sendo, muitos usuários desistem de acessar esse centro de informação.

Além disso, a pesquisa visa alertar sobre a importância de projetos de acessibilidade em bibliotecas públicas em prédios culturais e históricos, tornando-as um espaço para todos.

Comenta-se também quanto à bibliografia, que ainda é escassa a literatura sobre acessibilidade arquitetônica em bibliotecas públicas, ainda que o estudo documental tenha recuperado diversas leis e decretos sobre acessibilidade.

Finalmente, tem-se a dizer que as bibliotecas públicas são para acesso de todos, sem distinção, e para isso precisam expandir o conceito de acesso, incorporando o conceito de inclusão e de acessibilidade arquitetônica. Para isso, é necessário utilizar o desenho universal, para que todos da sociedade sejam incluídos em qualquer ambiente. E também, os bibliotecários, assim como todos os funcionários, precisam se conscientizar e promover iniciativas para diminuição de barreiras e a inclusão de todos para acesso, sem restrição, de informações.

REFERÊNCIAS

AGENDA BAFAFÁ. **Biblioteca e sala de leitura do CCJF**. 2016. Disponível em: <<http://bafafa.com.br/arte-e-cultura/literatura/biblioteca/biblioteca-e-sala-de-leitura-do-ccjf>>. Acesso em: 6 set. 2016.

ARAUJO, H. C.M. **Acessibilidade em bibliotecas para pessoas com deficiência visual**. Trabalho final da disciplina Biblioteconomia Especial da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de aprovação parcial na disciplina, Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR NM 313**: elevadores de passageiros: requisitos de segurança para construção e instalação: requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 13 out. 2016.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acesso em: 23 out. 2016.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1999b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 17 set. 2016.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 14 out. 2015.

_____. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 nov. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm>. Acesso em: 01 nov. 2016

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 01 nov. 2016.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. Decreto Legislativo nº 186, de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/congresso/DLG/DLG-186-2008.htm> Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003. Reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2003/L10.690.htm> Acesso em: 18 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. **Manual de acessibilidade para prédios públicos**: guia para gestores. Brasília: [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/manual-de-acessibilidade-para-predios-publicos>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL. **Arquitetura e memória**: a arte na justiça. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007.

_____. **Da justiça à arte**: os caminhos de um palácio. Rio de Janeiro, 2004, 14 p.

FERNANDES, E. M.; ORRICO, H. F. **Acessibilidade e inclusão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Deescubra, 2012. 160 p.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. rev. e ampl. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

FIGUEIREDO, P. C. S. **Alterações na nova NBR 9050**: material para estudo. [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponível em: <http://www.riscobiologico.org/lista/20151126_01.pdf> Acesso em: 3 out. 2016.

FONSECA, E. N. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

GENTIL JUNIOR, J. S. **Formulação de indicadores qualitativos de acessibilidade**: o caso da biblioteca de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal Fluminense. 2016. 114 f. Dissertação? (Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES BIBLIOTECÁRIAS E INSTITUIÇÕES. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**, 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 25 set. 2016.

FERRÉS, S. P. Acessibilidade física. In: PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. São Paulo: UNICAMP, 2006. p. 21-33.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Quatro bens no Rio de Janeiro ganham proteção federal do Iphan**, 2016. Disponível em : <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3905/quatro-bens-no-rio-de-janeiro-ganham-protecao-federal-do-iphan>. Acesso em: 19 dez. 2016.

LIMA, J. P. C. et al. Estudos de caso e sua aplicação: proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 127-144, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/viewFile/45403/49015>> Acesso em: 22. nov. 2016.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para Bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. 2010. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28114/000766975.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 set. 2016

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Bagaço, 2005.

PEREIRA, A. C. A.; LIMA, E. P. Acessibilidade em imóveis tombados. [S.l.]: [s.n.], [201-?]. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/acessibilidade_em_imoveis_tombados.pdf> Acesso em: 02 nov. 2016.

RIZZI, I. R. F. As cinco leis da biblioteconomia no Brasil. In: LUCAS, E. R. O.; CORRÊA, E. C. D; EGGERT-STEINDEL, G. (Org.). **As contribuições de Ranganathan para a biblioteconomia: reflexões e desafios**. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 30-43.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N.; SÁ, N. A. A importância da acessibilidade nas bibliotecas públicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE, 8., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEBAB, 2014.

SANTOS, M. P. **Acessibilidade para os usuários com deficiência intelectual em biblioteca pública**: um estudo de caso em Nova Iguaçu. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**(Reação), São Paulo, Ano XII, p. 10-16., mar./abr. 2009. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319> Acesso em 6 ago. 2016.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: o paradigma do século 21. *Inclusão: revista de educação especial*, Brasília, p.19-23. out. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em 21 set. 2016.

SASSAKI, R. K. Terminologia Sobre Deficiência na Era da Inclusão. In: VIVARTA, W. (Coord). **Mídia e deficiência**. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003, p.160–165. Disponível em: <<http://www.pjpp.sp.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/18.pdf>>. Acesso em: 11 de nov. 2016.

TIPOS de biblioteca. [201-?]. Iniciativa: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/tipos-de-bibliotecas/>> . Acesso em: 2 nov. 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.